

Jornal Energia – 13/04/2012

Acende Brasil propõe desoneração gradual de impostos sobre energia

http://www.jornaldaenergia.com.br/ler_noticia.php?id_noticia=9584

Entidade afirma que medida não afetaria arrecadação nominal de Estados; encargos e tributos representam 45% da conta de luz

O **Instituto Acende Brasil**, um centro de estudos do setor elétrico brasileiro, afirma que é possível reduzir a carga tributária sobre as contas de luz sem reduzir a arrecadação nominal dos Estados. A proposta é uma desoneração gradual para levar o ICMS, que hoje representa até 42,9% das tarifas, a um nível médio de 12% em um horizonte de dez anos.

A entidade destaca que os três elos produtivos da cadeia de energia elétrica - geração, transmissão e distribuição - respondem por 55%, em média, do preço pago pelo consumidor. O restante é proveniente de 23 impostos e 13 encargos acumulados por iniciativas de governos e do Congresso Nacional.

O instituto ainda faz a crítica de que muitos dos encargos "nunca cumpriram suas funções originais" e que muitos sequer possuem "justificativa para existir", o que torna a energia "um guichê arrecadatório".

O ICMS, um tributo estadual, varia, segundo o Acende Brasil, entre 12% e 30%, dependendo do Estado, e "é calculado a partir de uma forma bastante complexa que impede o consumidor de confirmar a porcentagem informada a partir de uma simples prova-dos-nove". Essa fórmula, aliás, elevaria a tributação para níveis "que chegam a 42,9% da conta".

O PIS e o Cofins também são apontados como pontos que merecem reforma e, para o Acende Brasil, deveriam retornar ao "regime cumulativo", com alíquota de 3,65%, como estava em vigor até em 2004. Esse cálculo, inclusive, ainda é o utilizado nas tarifas de telefonia. "A volta ao regime anterior do sistema de cobrança do PIS/Cofins pode tornar a conta de luz 4% mais barata", afirma nota da entidade.

A Reserva Global de Reversão (RGR), um encargo cobrado sobre as tarifas para um eventual pagamento de compensações por não prorrogação de concessões - e que hoje financia o Luz Para Todos - também está no alvo. A taxa venceria em 2011 e foi renovada nos últimos momentos do governo Lula, via Medida Provisória.

"A extinção desse encargo representaria uma economia em torno de R\$ 40 bilhões para o consumidor de eletricidade nos próximos anos, se forem considerados os valores atuais de arrecadação e confirmada a previsão de cobrança até 2035", aponta o centro de estudos.

Para **Claudio Sales**, presidente da entidade, a desoneração tributária no setor elétrico construiria um sistema mais racional e socialmente justo, em função da essencialidade da energia elétrica e pelo impacto positivo que causaria não só sobre a cadeia de insumos produtivos, mas sobre a renda da população.

Ele também aponta que, para as empresas, a diminuição da carga tributária representará um estímulo a mais para o aumento da produtividade - o que possibilitaria compartilhar com os consumidores, via redução de tarifas, parte dos ganhos obtidos.